

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

ARQUIVEM-SE, nos termos do art. 163, combinado com o §4º do art. 164 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes proposições:

PROJETOS DE LEI

N. 252/2020 (Rubens Otoni) – “Acrescenta dispositivo ao Código de Processo Penal, instituído pela Lei 13.105 de 16 de março de 2015 para assegurar a concessão da justiça gratuita sob o critério objetivo que especifica”.

N. 286/2021 (Rodrigo Agostinho) – “Dispõe sobre a concessão de gratuidade da justiça aos litigantes menores de 18 anos de idade no âmbito do direito de família e dá outras providências”.

N. 3.046/2019 (Daniela do Waguinho) – “Acrescenta dispositivo ao art. 99 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015”.

N. 461/2019 (Luis Miranda) – “Dispõe sobre os parâmetros para a concessão de gratuidade em serviços judiciais e extrajudiciais para pessoas físicas e dá outras providências”.

N. 7051/2017 (Vander Loubet) – “Acresce o art. 98-A à Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil”.

Brasília, 1º de setembro de 2022.



ARTHUR LIRA

Presidente da Câmara dos Deputados

